

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO FÍSICA: possibilidades e experiências

RENATA HERMÍNIA GARCIA XAMUTALALA¹

<https://orcid.org/0000-0000-0000-0000>

renataherminia@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho propõe apresentar um relato de experiência realizado em uma escola da rede municipal de Juiz de Fora sobre Práticas Pedagógicas Inclusivas na Educação Física: possibilidades e experiências, com o objetivo de pensar a inclusão nas aulas de Educação Física a fim de contribuir com a reflexão e realização de práticas pedagógicas inclusivas nesta área. Utilizamos como base a Lei nº 9.394, que legaliza a Educação Física como componente curricular, a Lei 13146 que institui a inclusão da pessoa com deficiência, os Parâmetros Nacionais Curriculares que trazem princípios da Educação Física. Utilizaremos também como referencial, a abordagem do Coletivo de Autores, e referências de autores como Darido (1999 e 2012). Para a realização da ação educativa inclusiva, foi utilizada como estratégia as Metodologias Ativas, que tem como foco de ensino-aprendizagem o estudante e a interdisciplinaridade. Para finalizar apresentamos através de fotos as atividades realizadas e ressaltando a importância de ações inclusivas na Educação.

Palavras-chave: Educação Física. Ensino tradicional. Inclusão. Práticas Pedagógicas.

1. APRESENTAÇÃO

Durante sua história, a Educação Física vem passando por várias tendências e abordagens de acordo com o momento histórico do país. Nem sempre é possível definir com qual abordagem o professor de Educação Física desenvolve as suas aulas. Embora no decorrer dos anos seja possível perceber as transformações didático pedagógicas que vêm ocorrendo na educação e na Educação Física Escolar (EFE).

A sociedade está mudando e requer que a escola também se posicione. Atualmente vivemos um grande desafio, no que diz respeito à Educação Inclusiva. A inclusão envolve mudanças em todas as pessoas e é um trabalho extenso e desafiador. O presente relato tem intenção de não só pensar a inclusão nas aulas de Educação Física, mas compartilhar os desafios, possibilidades, experiências, conquistas, visando contribuir com a reflexão e realização de práticas pedagógicas inclusivas nesta área e promover ações que gerem transformações na Educação Física Escolar.

2. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA E DA TURMA

A escola em questão está situada na região leste, considerado um dos bairros mais carentes de Juiz de Fora, sendo a grande maioria de seus habitantes de baixa renda. A

¹ Pós-graduada em Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino da Educação Física Escolar pela UFJF. Aperfeiçoamento em Metodologias, Práticas Pedagógicas e Tecnologias Educacionais-MPPTE, na modalidade on-line pelo Laboratório Digital/UFC. Aperfeiçoamento em Bem-Estar no contexto Escolar, na modalidade online pelo Ministério da Educação/AVAMEC. Aperfeiçoamento em Metodologias, Inovações e Práticas para o Ensino e Aprendizagem, na modalidade on-line pelo Laboratório Digital/UFC. Professora da Rede Municipal de Juiz de Fora – PJF

escola atende alunos da Educação Infantil ao 9º ano do Ensino Fundamental, sendo que a Educação Infantil e o Ensino Fundamental I até o 3º ano funcionam no turno da tarde, e do 4º ao do Ensino Fundamental I até o 9º ano do Ensino Fundamental II o atendimento é matutino. A escola conta com uma equipe diretiva composta por: direção, vice-direção e dois coordenadores, um para o turno da manhã e outro para o turno da tarde. A escola dispõe de uma quadra esportiva, área recreativa, parquinho, sala de leitura, sala de informática, sala de Educação Física, sala da direção, secretaria com banheiro, sala dos professores, refeitório, cozinha, quatorze salas de aula, um banheiro para os professores, quatro banheiros para os estudantes, sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) com banheiro.

As turmas incluídas neste relato de experiência são as turmas do 4º ano do Ensino Fundamental I ao 9º do Ensino Fundamental II, com idade entre 9 e 15 anos, totalizando aproximadamente 180 alunos do turno matutino.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Recentemente uma aluna do 5º ano, que para resguardar sua identidade, neste texto será chamada por Maria Clara, sem noção da importância, apresentou-me o seguinte questionamento: "Professora, você dá aula de Educação Física, mas o que você ensina?". A aluna na sua simplicidade fez uma pergunta que tem sido foco de muitos debates e até livros. A questão levantada por ela é motivo de estudo acadêmico dos alunos de Educação Física e de muitos autores dentro da área da Educação Física, que vêm se debruçando e sendo esta questão, motivo de debates frente àqueles que se debruçam no estudo das transformações didático-pedagógica desta área.

Dentre várias versões e pensamentos de autores que buscam retratar a dúvida da estudante, na obra Coletivo de Autores (1992), a Cultura Corporal é o conteúdo da Educação Física, que vem com o objetivo de superar a perspectiva de aptidão física que tinha historicamente. Na obra, Educação Física trata pedagogicamente de temas da cultura corporal como: jogos, lutas, acrobacias, mímicas, esporte e outros. Sendo que a cultura corporal é resultado da produção social historicamente construída.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1997-1998), a Educação Física é a área de conhecimento que trata da cultura corporal do movimento, que fornece ferramentas para os alunos produzirem, criarem movimentos, reproduzirem e transformarem para usufruírem de jogos, danças, lutas, esportes e ginásticas em favor da melhoria da qualidade de vida.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) entende que, a Educação Física tematiza as práticas corporais: "O movimento humano está sempre inserido no âmbito da cultura corporal, e não se limita a um deslocamento espaço-temporal de um segmento

corporal ou de um corpo todo." (BNCC, 2018, p.171). Na BNCC, a cultural corporal do movimento parece em alguns momentos como uma expressão que envolve diferentes práticas, atividades daquilo que deve ser trabalhado pela Educação Física, entendida como práticas corporais: esportes, brincadeiras e jogos, ginástica, lutas e danças e práticas corporais de aventura.

No entanto, muitos professores da área da Educação Física, dentro de uma perspectiva tradicional, trouxeram suas experiências de quando eram alunos do ensino fundamental e médio para as suas práticas pedagógicas (DARIDO 1999, apud DARIDO pág. 129, 2012). Entende-se por visão tradicional, também denominada como esportivista, tecnicista, competitivista e até mecanicista, predominantes nas décadas de 1970 a 1990, e de certa forma, bastantes presentes na atualidade (DARIDO, pág. 21, 2012).

Longhini e Nardi (2007, p. 82, apud Fonseca e Maitê p.192), "confirmam que muitos dos licenciados, ao iniciarem sua prática pedagógica, acabam reproduzindo modelos de ensino baseados nas práticas de ex-professores que tiveram durante sua vivência como aluno"

[...] é importante minimizar um círculo vicioso excludente, alimentado pela concepção do rendimento técnico, pois a Educação Física escolar não é local de formação de atletas, assim como as faculdades de Educação Física, que formam futuros professores, também não o são. (Fonseca, 2014, p.62,63).

Historicamente a Educação Física Escolar vem atuando com uma perspectiva tradicional, vista também como um celeiro de atletas olímpicos e futuros campeões.

Algumas das principais características das aulas neste período são apresentadas por Darido (2012, p.22):

- destinarem-se apenas aos mais habilidosos ou os muito altos que poderiam representar a escola e ter sucesso em algumas modalidades esportivas (basquete, vôlei, handebol e futebol);
- excluírem os alunos com dificuldades de aprendizagem ou com alguma deficiências;
- determinarem que todos os alunos deveriam cumprir as mesmas tarefas, do mesmo modo, ao mesmo tempo; e caso isso não ocorresse, os alunos eram punidos com castigos e sanções;
- não permitirem ou suportarem o erro do aluno [...].

Estas e outras características traduzem exclusão dos menos aptos, portadores de deficiência e a seleção dos mais habilidosos, privilegiando o saber fazer.

No final da década de 1980, a Educação Física passa a discutir a necessidade de mudanças, de forma a romper com a valorização demasiada do desempenho como único objetivo da Educação Física. Tudo isso nos leva a refletir o porquê de ainda nos depararmos

com muitas resistências quanto à desconstrução da ideia tradicional da Educação Física Escolar, que nos mantém no tecnicismo, conduzindo a aulas que ainda excluem determinados alunos.

Todos os alunos, inclusive aqueles com deficiência, devem ter acesso ao processo de ensino-aprendizagem e participação nas aulas de Educação Física.

A Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (LDB nº 9.394/96) traz em seu texto a seguinte redação referente à Educação Física, em seu artigo 26, parágrafo 3º: "A educação física como parte integrante da proposta pedagógica da escola, sendo um componente curricular obrigatório para a Educação Básica..." (Brasil, 1996). Assim, a Educação Física sai de uma condição de atividade e se torna oficialmente um componente curricular.

Por ser um componente curricular obrigatório, a Educação Física deve integrar a proposta pedagógica escolar, passando a ser um direito de todos os alunos, de igual importância com as outras disciplinas da escola. Mas aonde entra a inclusão?

ABNCC (2017) ressalta que:

"[...] Para isso, os sistemas e redes de ensino e as instituições escolares devem se planejar com um claro foco na equidade, que pressupõe reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes. De forma particular, um planejamento com foco na equidade também exige um claro compromisso de reverter a situação de exclusão histórica que marginaliza grupos [...]". (BRASIL, 2017, p.16-17)

A Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015, institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência), e no artigo 27 dispõe que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (Brasil, 2015)

A referida lei no artigo 28, incube o poder público de assegurar, criar ... e avaliar o "acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar". (Brasil, 2015).

Na concepção Freireana (2011) o professor deve atuar de forma problematizadora, questionadora..., desestimulando qualquer forma de discriminação e respeitando a diversidade entre os alunos.

Os PCNs descrevem os princípios da inclusão voltados para o contexto da Educação Física da seguinte forma:

A sistematização de objetivos, conteúdos, processos de ensino e

aprendizagem e avaliação tem como meta a inclusão do aluno na cultura corporal de movimento, por meio da participação e reflexão concretas e efetivas. Busca-se reverter o quadro histórico da área de seleção entre indivíduos aptos e inaptos para as práticas corporais, resultante da valorização exacerbada do desempenho e da eficiência. (PCNs, 1998, p.19).

E ainda, os PCNs enfatizam que:

[...] é necessário superar a ênfase na aptidão física para o rendimento padronizado, decorrente deste referencial conceitual, e caracterizar a Educação Física de forma mais abrangente, incluindo todas as dimensões do ser humano envolvidas em cada prática corporal. (PCNs, 1997 p.19).

E continuam, propondo que os conteúdos a serem ministrados na Educação Física devem estar embasados no princípio da inclusão, no sentido de todos os alunos estarem incluídos e participarem da aula independente de terem alguma deficiência, de terem habilidade ou não; é no princípio da diversidade, que está relacionado às diferentes possibilidades das práticas corporais que os alunos devem ter acesso; e por fim, que sejam divididos em três dimensões/categorias: dimensão conceitual, que corresponde ao que se deve saber; dimensão procedimental, que corresponde ao que se deve saber fazer; e a dimensão atitudinal, que corresponde a como se deve ser/que atitudes se deve ter.

Desta forma, propõe-se não somente o saber fazer, comum na perspectiva tradicional relacionada à Educação Física, e que como vimos, não atende ao princípio da inclusão, mas abrange todos os aspectos das dimensões do conteúdo propostas pelos PCNs. Portanto, a estratégia pensada para atender a esta proposta, foi através das metodologias ativas, este método tem como foco repensar os métodos tradicionais de ensino, devem adotar a interdisciplinaridade como forma de contextualizar os conhecimentos, evitando assim a fragmentação dos saberes, propõem a participação do estudante com autonomia, e visa colocar o aluno no centro do processo ensino-aprendizagem, sendo ele responsável pelo seu próprio aprendizado, participante e ativo no processo de construção do conhecimento. Montoan (2003) enfatiza que o ensino tradicional/expositivo foi banido da sala de aula, onde todos interagem e constroem coletivamente conceitos, valores e atitudes.

Algumas metodologias ativas que utilizamos foram: Aprendizagem baseada em jogos (Gamificação); Aprendizagem baseada em problemas; Ensino baseado em projetos; Cultura Maker; O que Aprendi?

No tópico abaixo deste relato de experiência, pretende-se expor algumas das práticas pedagógicas inclusivas promovidas no contexto da Educação Física Escolar da referida escola, voltadas para as dimensões: conceitual, procedimental e atitudinal.

4. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Este relato de experiência abrange desde as turmas do 4º ano do Ensino Fundamental I até o 9º ano do Ensino Fundamental II.

A Educação Inclusiva é uma realidade e, apesar de apresentar-se como um grande desafio, nós professores, não podemos ficar a lamentar as dificuldades inerentes às mudanças que a sociedade requer. E, como educadores, temos a função de ressignificar nossos saberes de forma a promover um ensino de qualidade, rompendo com o ensino tradicional. Tendo como base o movimento inclusivo, o acesso ao processo de ensino-aprendizagem e participação nas aulas de Educação Física deve estar disponível para todos os alunos.

Diante disso, estruturou-se um cronograma de atividades com o tema: Escola: Expressão e Arte; sendo este o viés que conduziu todas as outras ações educativas realizadas. Neste cronograma constavam também os dias, horários, local para a realização das atividades e profissionais envolvidos.

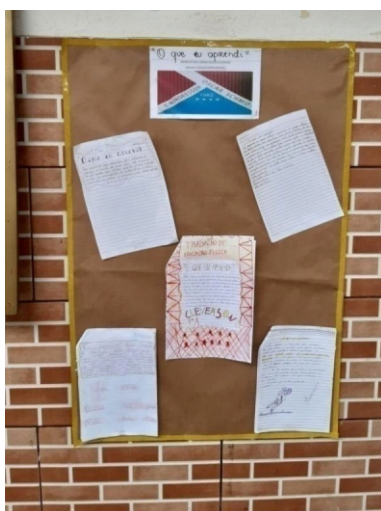
Para a realização das atividades, toda comunidade escolar (professores, secretários e funcionários) se envolveram. Os professores desenvolveram saberes concernentes à sua disciplina, mas que convergiam para o tema proposto e com eixo no convívio com a diferença.

Predominou a experimentação, a criação, a descoberta, a co-autoria do conhecimento por parte dos alunos e atividades de dialogar, brincar, criar, observar, representar e manipular, que se ajustavam com as especificidades de cada aluno.

Neste período redimensionamos o tempo e o espaço escolar, como por exemplo: parquinho utilizado para a confecção de brinquedos, mesas do refeitório para pintura e confecção de cartazes, na quadra foram colocados os brinquedos reciclados e também experimentados posteriormente pelos estudantes, horários foram alterados para que turmas participassem da mesma atividade, etc. Os trabalhos realizados culminaram com a Semana do Brincar da rede municipal com diversas apresentações, de forma que todos os alunos tiveram uma participação ativa e o desenvolvimento de suas habilidades e talentos. Os brinquedos confeccionados teriam endereço certo, seriam doados para os alunos do Ensino Fundamental I do turno da tarde. A escola forneceu materiais necessários: papel, lápis de colorir, tinta, etc., e os alunos contribuíram para os materiais reciclados para brinquedos. A professora que atua como Professora de Apoio (PDA) a turma do 5ºA, gentilmente e, a partir de suas observações e experiência escreveu uma poesia que foi lida por uma das alunas na abertura do evento: "Brincar é uma inspiração, é algo inexplicável, me ajuda a aprender; contar história, e o mundo conhecer".

Na Educação Física, dentro desta perspectiva das práticas pedagógicas inclusivas, além das atividades práticas como os jogos: dimensão procedimental que corresponde ao que se deve saber fazer; foram propostos conteúdos que abarcavam as dimensões conceitual, relativo ao que se deve saber, como resultado das atividades realizadas durante a prática: O Que aprendi? Pesquisas sobre determinados esportes; desenhos que melhor representassem o tema; e a dimensão atitudinal, que corresponde às atitudes que se deve ter: proatividade dos alunos em apoiar na organização, resolver questões, tomar decisões sobre algum imprevisto ou colaboração na solução de problemas, etc. Após o encerramento dos trabalhos, solicitei aos alunos que fizessem um registro por escrito do tema: O Que Aprendi? Os trabalhos entregues foram expostos no mural da escola.

Imagem 6 – O que aprendi?



Fonte: Fotografia da autora (2023)

Imagem 7 – Esporte, alunos jogam e outros auxiliam como "apontador"



Fonte: Fotografia da autora (2023)

5. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS OBTIDOS

A culminância desta prática pedagógica foi durante a Semana do Brincar da rede municipal de Juiz de Fora, que incluiu: exposição dos trabalhos desenvolvidos pelos alunos com a participação de todos os segmentos envolvidos, Telejornal da EMPOS, jogos, exposição e experimentação de brinquedos confeccionados pelos alunos, cartazes, teatro, doação dos brinquedos reciclados para os alunos do turno da tarde, etc. Trabalhos estes em que todos puderam participar de alguma forma e se viram representados nas produções finais. Avaliamos que a participação ativa alcançou 100% dos estudantes. Confirmando o que os PCNs (Brasil, 1998) afirmam:

O professor deve ser flexível, fazendo as adequações necessárias no plano gestual, nas regras das atividades, na utilização de materiais e do espaço para estimular, tanto no aluno portador de necessidades especiais como no grupo, todas as possibilidades que favoreçam o princípio da inclusão. (Brasil, 1998, p. 57)

Proporcionamos a expressão de manifestações artísticas e culturais através da dança e teatro; motivamos a criação e doação de brinquedos reciclados para a Educação Infantil; promovemos o uso de diferentes linguagens, permitindo que os alunos expressassem idéias, sentimentos e informações através das danças, teatro, esporte e jogos. O evento foi divulgado no site de comunicação da Prefeitura Municipal de Juiz de

Imagem 2 – Alunos experimentando os jogos confeccionados



Fonte: Fotografia da autora (2023)

Imagem 3 – Apresentação do jornalzinho



Fonte: Fotografia da autora (2023)

Após a conclusão, incentivamos a expressão de aprendizados através de textos ou desenho sobre "O que aprendi?", exibidos nos murais da escola. Em geral os alunos demonstraram atitudes positivas com relação à inclusão e, grande parte deles solicitaram que tivessem outros eventos similares. Os professores e a escola reafirmaram a crença no potencial transformador de práticas pedagógicas inclusivas.

Imagem 4 – Aluno expressando seus sentimentos em forma de cartaz



Fonte: Fotografia da autora (2023)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão é um direito inalienável do estudante com deficiência aluno e do conhecimento de todos. As ações educativas realizadas trazem a possibilidade de romper com o ensino tradicional onde o professor é o único detentor do conhecimento. A aprendizagem centrada no aluno valoriza a autonomia dos estudantes, oferecendo-lhes a oportunidade de pensarem e refletirem sobre a prática. De forma que a relação entre o aluno e o professor promovem a liberdade do ser e a autonomia. As práticas pedagógicas inclusivas que favorecem a socialização, criatividade, expressão de sentimentos e ideais, entre outros, é um ponta pé inicial para uma Educação e uma Educação Física que proponha aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea.

Como vimos, ainda nos dias atuais ainda há uma forte predominância da perspectiva tradicional/esportivista na Educação Física escolar e, nesta visão, não há um enfoque voltado para a inclusão.

Necessário se faz conhecer quais abordagens vêm sendo trabalhadas pelos professores de Educação Física e de que forma esta sendo abordada a inclusão em suas aulas.

7- REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**: Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 01 set. 2024.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental**: 1º e 2º ciclos (1ª a 4ª série). Ministério da Educação e do Desporto: Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental**: 3º e 4º ciclo (5ª à 8ª série). Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: Educação Física. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. BRASIL.

BRASIL. **Lei nº13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 01 set. 2024.

DARIDO, Suraya Cristina. **A avaliação da educação física na escola**. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. Caderno de formação: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 127-140, v. 16.

DARIDO, Suraya Cristina. **Educação física na escola: realidade, aspectos legais e possibilidades.** In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. Caderno de formação: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 21-33, v. 16.

FONSECA, M. P. S. **Formação de professores de Educação Física e seus desdobramentos na perspectiva dos processos de inclusão/exclusão:** reflexões sobre Brasil e Portugal. Rio de Janeiro, 2014. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

FONSECA, Michele Pereira de Souza da. RAMOS, Maitê Mello Russo. **Inclusão em movimento discutindo a diversidade nas aulas de Educação Física Escolar.** In: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ Conhecimentos do professor de educação física escolar [livro eletrônico]. Fortaleza, CE: EDUECE, 2017, p. 184-208. Disponível em: <http://www.uece.br/eduece/dmdocuments/Conhecimentos%20do%20professor%20de%20Educacao%20Fisica%20escolar.pdf> Acesso em: 01 set. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia.** São Paulo: Editora Paz e Terra; 2011

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

SOARES, C.L. et al. **Metodologia do ensino de Educação Física.** São Paulo: Cortez, 1992.